

Considerações sobre a atualidade da teoria social de Marx no contexto da pós-modernidade

Considerations on the relevance of Marx's social theory in the context of postmodernity

Inez Rocha Zacarias^{*}
Elziane (Ziza D) Olina Dourado^{**}
Isaura Gomes de Carvalho Aquino^{***}
María Fernanda Escurra^{****}

Resumo: O presente artigo, resultado de reflexões suscitadas a partir da participação das autoras no grupo de estudos e pesquisas sobre O Capital, de Karl Marx, tece considerações teóricas e metodológicas com o objetivo de afirmar a atualidade do pensamento marxiano, com ênfase na natureza radical e historicidade da sua crítica. Tais considerações são recuperadas no contexto do debate da pós-modernidade e de suas implicações para a vida social e a ciência. É constituído, portanto, por pesquisa teórica e reflexões das autoras, apresentando elementos da teoria social de Marx que são centrais na abordagem realizada, com aproximações ao debate da pós-modernidade.

Palavras-chaves: Teoria social; Marx; Pós-modernidade.

Abstract: This article, the result of reflections raised from the authors' participation in the study and research group on the Capital, by Karl Marx, weaves theoretical and methodological considerations with the aim of affirming the relevance of Marxian thought, with an emphasis on the radical nature and historicity of his critique. Such considerations are recovered in the context of the postmodernity debate and its serious implications for social life and science. It is therefore made up of theoretical research and reflections by the authors, presenting elements of Marx's social theory that are central to the approach taken, with approaches to the debate on postmodernity.

Keywords: Social theory; Marx; Postmodernity.

* Assistente social; mestre e doutora em Serviço Social (PPG em Serviço Social da PUCRS). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2325-9034>

** Assistente social; mestre e doutora em Serviço Social (ESS/PPG/UFRJ). Professora Adjunta de Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), pesquisadora do Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (PETRES) e coordenadora do Laboratório de Imagem (LI); artista visual. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7976-5131>

*** Assistente social (UFJF), mestrado em Serviço Social (UFRJ), doutorado (UERJ), pós-doutorado (UERJ). Professora Associado na Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3685-6199>

**** Assistente Social (Universidad Nacional de Rosario – Argentina), mestre em Serviço Social (UFRJ) e doutora em Serviço Social (UERJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2321-8339>

Introdução

A atualidade, riqueza e magnitude da teoria social de Marx na compreensão do tempo presente revelam a fertilidade e densidade de seu legado. Há em sua obra, para além de indicações e pistas, bases estruturantes de uma forma original de pensar. Suas formulações, em estreita colaboração intelectual e política com Friedrich Engels¹, têm nas condições materiais de existência, no modo de produção capitalista, na luta de classes e na história a força que move a compreensão da sociedade desvendando suas redes de significado, gênese, dinâmica e materialidade concreta.

A perspectiva teórica-metodológica desta tradição fundamenta-se em uma concepção ontológica e no método materialista histórico-dialético que permite decifrar os principais dilemas enfrentados hoje no debate da teoria social.

A teoria social de Marx tem sido objeto de polêmicas e confrontos, particularmente em questões afeitas ao debate da pós-modernidade, trazendo inevitavelmente para o centro desse debate a perspectiva teórica-metodológica que a sustenta e sua recusa radical a qualquer tipo de condescendência com o capital. Nesta direção é que Marx e Engels orientaram seus esforços, enquanto intelectuais e militantes, em prol da subversão da ordem do capital e pela emancipação humana (Marx, 2009), que seriam fruto exclusivamente da ação revolucionária em luta direta com a classe capitalista, detentora dos meios de produção.

Longe de estabelecer uma narrativa unívoca empobrecida e simplista do real, como querem alguns cínicos arautos da pós-modernidade, esta teoria social traz, em sua forma de apreensão dos fenômenos, a complexidade de suas múltiplas determinações. Isso significa que, em termos de cognoscibilidade, a forma manifesta aparece como coisa destituída de historicidade, isolada em seus circuitos de produção e circulação, de onde os fenômenos não são dados a conhecer como de fato o são: como relações sociais e não relação entre coisas. Distinguir a essência da aparência impõe, indubitavelmente, um percurso particular de reconstrução científica da realidade em que a categoria da totalidade é orientadora na compreensão das leis gerais, enquanto tendências, de constituição do processo global de produção capitalista e de como essas determinações mais abstratas se materializam na particularidade histórica, ou seja, quais as formas assumidas pelo capital e suas múltiplas determinações na realidade social.

Para problematizar o debate da pós-modernidade entende-se oportuno, em um

¹ Colaborador intelectual ao desenvolvimento do trabalho de Marx e essencial à preservação de seu legado. Frederic Engels (1820-1895) cuidou pessoalmente dos manuscritos de Marx organizando e editando-os posteriormente à sua morte. Conferir Engels (2021) e Netto (2020, p. 131-139).

primeiro momento, ressaltar que análises e estudos da vida social restringidos ao empírico imediato, limitados à compreensão do mundo reduzido ao dado tal como posto, manipulam fatos e fenômenos que procuram justificar. Desse modo, necessariamente, tais análises se legitimam perseguindo a eficácia no limitado horizonte desta forma de organização social que é hipostasiada. A dificuldade, o limite objetivo, é que uma ciência que reduz o mundo ao imediatamente dado tem de se legitimar perseguindo a eficácia no reduzido horizonte desse mundo, aspecto que possui implicações econômicas, sociais, culturais, éticas e políticas e que, necessariamente, reforçam e reproduzem esta forma de organização social e caracterizam o ceticismo do presente.

Neste contexto, o presente artigo tece considerações teóricas e metodológicas com o objetivo de afirmar a atualidade do pensamento marxiano, no contexto do debate da pós-modernidade e de suas sérias implicações para a vida social e a ciência. Tais considerações são reflexões que resultaram da participação das autoras nos “Seminários de Estudos sobre *O Capital*”, desde o início de 2022, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Marilda Villela Yamamoto², contando com a participação de docentes e pesquisadores de diferentes universidades do país e do exterior. É importante registrar que o artigo representa uma primeira aproximação teórica que exigiu, considerando os limites objetivos postos em um texto desta natureza, priorizar alguns aspectos inicialmente considerados relevantes que, longe de esgotar as inúmeras reflexões suscitadas neste processo de estudo e pesquisa, abrem caminho para seu aprofundamento e continuidade. Em sua exposição, são apresentados, em um primeiro momento, elementos centrais à perspectiva teórico-metodológica da teoria social de Marx, para, em seguida, tecer aproximações ao debate da pós-modernidade.

Marx, crítica radical e verdade³

É oportuno lembrar, a advertência realizada por Rosa Luxemburgo (2021, p. 19), que a principal obra de Marx, *O Capital*, assim como toda sua visão de mundo “não é nenhuma bíblia com verdades de última instância, acabadas e válidas para sempre, mas um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando pela verdade”. A pensadora acrescenta que em todos os volumes dessa obra estão

² A proposta dos Seminários é apresentar a perspectiva teórico-metodológica de Marx sobre o processo de produção, circulação, assim como o processo global da produção capitalista com intuito de contribuir para a análise das transformações históricas do capital na sociedade contemporânea, suas implicações na órbita do trabalho e na análise dos fundamentos do Serviço Social, com ênfase no significado social da profissão e do trabalho do assistente social em uma perspectiva histórico-crítica.

³ Para uma análise mais detalhada de alguns dos aspectos presentes neste item, ver: Escurra (2018).

presentes as mesmas três condições principais: tudo o que sucede na sociedade capitalista não é efeito da arbitrariedade, mas resulta de leis que atuam de maneira regular, mesmo que os envolvidos não possuam nenhuma consciência disso; o contexto econômico não se firma em bases violentas que objetivam a pilhagem e o roubo; e, não existem atividades planejadas fundamentadas em uma razão social que atua sobre o todo.⁴

Mandel (2001) chama a atenção que o pensamento dos dois fundadores do marxismo frequentemente foi censurado por seu “eurocentrismo”, na medida em que foi fortemente marcado pela história social e intelectual da Europa. Porém, o autor mostra que são censuras sem fundamento, tendo em vista que na medida em que o marxismo é resultado das contradições que surgiram na Europa devido ao amadurecimento da sociedade burguesa seria inviável o surgimento de tais contradições inicialmente na Ásia, na América ou na África, com incipiente desenvolvimento capitalista durante o século XIX.⁵

Na crítica da economia política, Marx apresenta a minuciosa crítica realizada à economia vulgar que, limitada ao tratamento das relações aparentes de fenômenos relevantes, ruma na busca de uma explicação aceitável do material fornecido pela economia científica. Material esse para o uso da burguesia, se restringindo, desse modo, a “sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas.” (Marx, 2015, p. 156).

A crítica radical desenvolvida por Marx demonstra que resultado da passagem à cientificidade, o caráter instrumental peculiar do conhecimento, não necessariamente resulta em uma ruptura. Neste particular, Medeiros (2013) lembra a diferenciação famosa realizada por Marx entre economistas vulgares e economistas clássicos e, analisando suas fragilidades, sublinha as críticas de Marx à economia vulgar que, em vez de partir da inspeção crítica das categorias utilizadas em teorias existentes ou na vida cotidiana, se afunda sucessivamente na procura de aplicar técnicas cada vez mais sofisticadas e sistematizar as categorias fornecidas na prática imediata. Assim, o pensamento vulgar, diante a infinita experiência humana, não

⁴ Já no Prefácio da Primeira Edição de o livro I de O Capital, Marx explicita que “aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista [...] pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por suas relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas” (Marx, 2015, p. 80).

⁵ “Mas se o capitalismo nasceu na Europa, ele tinha desde o início uma dimensão internacional, ou mesmo mundial, que o tornava dependente de tudo que se passava nos outros continentes. O impacto violento, desagregador, destruidor, desumano que o capitalismo exerceu sobre as sociedades pré-capitalistas da América, Ásia e África supera de longe seu impacto similar sobre a sociedade pré-capitalista da Europa ocidental, meridional, central e oriental. Marx e Engels eram sábios demasiadamente rigorosos e humanistas demasiadamente apaixonados para não perceberem, se indignarem e se revoltarem contra esses crimes abomináveis” (Mandel, 2001, p. 82-83).

consegue escapar da contínua procura empiricista que impede a compreensão das estruturas que provocam os fenômenos, nem consegue esclarecer categorias em si mesmas enganosas.

A economia vulgar, com efeito, não faz mais que interpretar, sistematizar e louvar doutrinariamente as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve surpreender, portanto, que ela, precisamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, nas quais essas aparecem, *prima facie*, como contradições totais e absurdas – e toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, se sinta aqui perfeitamente à vontade e que essas relações lhe apareçam tanto mais naturais quanto mais escondida se encontrar nela a correlação interna, ao mesmo tempo em que são correntes para a concepção comum (Marx, 2021, p. 880).

Ecurra (2018) ressalta que a crítica de Marx (2015; 2021), no caso da economia política, demonstra que as falsas ideias possuem um papel necessário fundamentado nas estruturas sociais que elas representam. Para Marx, a economia burguesa apresenta categorias objetivas, pois se traduzem em formas de pensamento que, apesar de enganosas, possuem validade social ao representar a forma como as relações sociais se evidenciam aos sujeitos na produção.

Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias. Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção (Marx, 2015, p. 151).

Nesta perspectiva, com base em Duayer (2001), Ecurra (2018) acrescenta que ao reconhecer que essas categorias são objetivas para este modo de produção social e submetê-las a uma crítica radical, Marx obtém um duplo resultado: por um lado, afirma a objetividade das ideias correntes sobre o mundo e, por outro, não equipara todas as ideias sobre o mundo, posto que as ideias objetivas podem perfeitamente ser falsas, superficiais e, conseqüentemente, objeto de crítica.

A autora registra, inclusive, que é relevante reforçar que Marx teoricamente sempre considerou o falso enquanto socialmente necessário, na medida em que em suas obras, após a análise crítica minuciosa, ele nunca abandona formas de consciência científica, artística, religiosa etc. que contam com validade social, apesar de absurdas, falsas e/ou incoerentes (Duayer, 2001). De fato, considerada a sua validade social efetiva, a crítica não possui o poder de anular praticamente a teoria ou concepção criticada (Ecurra, 2018).

Ecurra (2018) reforça que, como sublinhado por Duayer (2001), Marx desenvolvia críticas rigorosas às teorias burguesas que considerava falsas, em menor ou maior medida, e

elaborava uma teoria alternativa. Porém, sempre considerava a eficácia social das teorias que submetia a crítica e compreendia que a sua validade não estava relacionada com a sua veracidade. Além disso, dado que do ponto de vista burguês as teorias ficam restritas ao mundo da aparência, elas apresentam soluções parciais e contradições não resolvidas. Com isto, em oposição às perspectivas conservadoras das teorias burguesas, Marx formula uma teoria crítica que, tendo em vista a superação do modo de produção capitalista, articula de forma explícita a vida e as relações reais e as diversas formas de consciência que resultam dessas relações (Eскурра, 2018).

A autora resgata, também, este aspecto tratado por Lukács (2012, p. 284) ao observar que o jovem Marx, em sua tese de doutorado, aborda um problema que terá grande importância em sua obra: “a função prático-social de determinadas formas de consciência, independentemente do fato de elas, no plano ontológico geral, serem falsas ou verdadeiras”. De acordo com Lukács, a autora escreve que Marx, em uma passagem dessa tese, apesar de não admitir a existência de qualquer Deus, reconhece que a prática religiosa tem por pressuposto a existência de Deus, que adquire uma objetividade social a partir da própria imaginação compartilhada socialmente. Em outros termos, Marx reconhece que a existência social de Deus, independentemente de sua existência no plano ontológico geral, é pressuposto da prática religiosa, desse modo, para ele, o critério último do ser ou não-ser social de um fenômeno é dado pela realidade social (Eскурра, 2018).

Portanto, conforme Lukács (2012), Marx procura mostrar que certa ideia que influencia a prática humana, apesar de ser falsa, não deve ser desconsiderada como puro erro de entendimento do mundo, visto que possui efetividade social, plausibilidade empírica, causa um comportamento efetivo e tem uma forma real de existência (Eскурра, 2018). Diante disso, Eскурra (2018) afirma que existe, desse modo, uma relação de mútua dependência entre objetos e relações sociais e a forma como são compreendidos por parte dos indivíduos. Em sua análise crítica da economia política, Marx ilustra essa dependência recíproca destacando a validade social das categorias da economia burguesa.

Ainda em relação a essa característica do pensamento marxiano, Eскурra (2018) assinala que Heinrich (2008) alerta que fica patente ao observar que, na crítica da economia política, a análise de Marx pretende dissolver e pôr de manifesto o absurdo das ideias às quais as categorias da economia política devem sua aparente aceitação, das representações que se produzem espontaneamente e que são consideradas autoevidentes. Diante disso, a crítica compreende simultaneamente a crítica do conhecimento e a crítica das relações de produção capitalista. Em outras palavras, a crítica que Marx desenvolve em *O Capital* abrange não só

uma crítica da ciência burguesa e da consciência burguesa, mas também uma crítica das relações sociais burguesas (Ecurra, 2018).

Marx, “um analista crítico do mundo concreto” (Fontes, 2018, p. 1), revelou a lógica oculta inerente ao processo de valorização do capital e expôs sem qualquer tipo de disfarce o modo pelo qual se produz o mais-valor, trabalho não pago que é apropriado pelo capitalista e que sacramenta, nesse processo, a transformação do dinheiro em capital – mecanismo central dessa forma histórica de organização econômica, política e social. É nessa dinâmica de criação de valor e mais-valor que faz sentido e requer a existência de um trabalhador, despossuído de qualquer condição a não ser aquela que é imprescindível ao capital e que unicamente possui: sua força de trabalho. Ela assume o caráter de mercadoria que entra no circuito de produção e reprodução social, e constitui a peculiaridade de ser a única que cria valor e mais-valor.⁶ “É exclusivamente do mecanismo da troca, ou seja, da lei do valor e do mais-valor que dela decorre, que Marx pouco a pouco extrai todos os fenômenos e relações da economia capitalista com uma lógica e uma clareza penetrantes.” (Luxemburgo, 2021, p. 24).

Ao analisar como o dinheiro se transforma em capital e, especificamente, a compra e venda da força de trabalho, Marx (2015) também desmistificou as falácias reproduzidas pelos economistas clássicos ao reafirmarem os princípios iluministas como salvaguarda da naturalização do modo de produção capitalista. Segundo eles, o ser humano se mantinha “livre” em uma relação supostamente igual e fraterna.⁷ Portanto, revelou o cerne do que movia a teoria do valor até então em voga e evidenciou a lógica interna dos mecanismos de ocultamento e subtração do que efetivamente move as relações sociais concretas e sua dinâmica histórica.

Na crítica elaborada por Marx (2008) em relação à forma de agir dos economistas que compreendem as relações burguesas de produção como naturais e eternas é possível constatar, também, a historicidade do pensamento marxiano. Para eles, mostra Marx, as instituições da burguesia são leis naturais, independentes da influência do tempo, em oposição às do feudalismo consideradas artificiais. Nesta perspectiva, para os economistas as relações

⁶ Cf.: Marx (2015, p. 241-251).

⁷ Como demonstra Marx, “[a] esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres dotadas dos mesmos direitos. [...] Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas o que é seu. Bentham, pois cada um olha para si mesmo. [...] E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-auspiciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral” (Marx, 2015, p. 250-251).

de produção burguesas são naturais, por conseguinte, eternas, independentes da influência do tempo: houve história, dado que houve instituições feudais, mas não háde mais.

Sobre este aspecto, Postone (2005) também chama a atenção que a historicidade que caracteriza a teoria crítica de Marx demonstra a impossibilidade de uma crítica transhistórica e de validade absoluta, tal como pretendido pelas teorias de sua época. Se assim feito, a própria historicidade seria abolida, e o modo capitalista de produção seria considerado eterno.

Apontamentos para o debate da pós-modernidade

Segundo os pensadores pós-modernos, a partir de uma leitura limitada e reducionista, as transformações econômico-políticas e socioculturais contemporâneas são de tal monta “inovadoras” que a teoria social de Marx se torna “obsoleta” para a análise da sociedade. Para essa perspectiva, o marxismo teria uma raiz “exclusivamente” econômica ligada à lógica intrínseca do capital, ao antagonismo de classes e ao processo de exploração capitalista que já estariam superados no tempo presente. Exatamente por isso, é refutada pelos pós-modernos como se encerrasse em si mesma as impossibilidades de estabelecer mediações com a realidade social.

A superação do capitalismo através da subversão de sua ordem e a realização da plena emancipação humana e sua defesa pelo marxismo provoca críticas do pensamento pós-moderno que lhe atribui características dogmáticas, racionalistas e deterministas em que o processo histórico é subordinado a um fim teleológico do progresso (Evangelista, 1992). Desse modo, desqualifica qualquer determinação que porventura situe a experiência histórica numa ótica de superação vinculada a um projeto revolucionário que recusa o *status quo*. Argumentam se tratar de uma explicação totalizante, insuficiente e incapaz de dar sentido e explicar o tempo presente. Nega as teorias que julga ser portadoras de verdades absolutas, porque inspiradas ou tradutoras da modernidade (Cassiano, 2018).

Nessa interpretação do marxismo, eivada de distorções e generalizações mais condizentes com a visão míope de quem as vê do que com seu conteúdo original, é apresentada uma perspectiva conformista cuja descrença na humanidade, incerteza e ceticismo diante da história torna-se o único veio possível de libertar o ser humano em seu aprisionamento e amarras a valores de uma sociedade supostamente já colapsada. Perde-se o horizonte de compreensão do processo histórico-social e da possibilidade de o sujeito intervir na história reiterando, assim, a lógica intrínseca do capital enquanto forma de produção e reprodução social.

Este núcleo duro de análise resguarda o fundamento teórico-metodológico crítico que

subjaz a recusa do fim da história, capaz de confrontar o subjetivismo aleatório, a irrazão, a efemeridade, volatilidade, imutabilidade e finitude, advogados por esse pensamento, em detrimento da razão crítica, histórica e dialética. A suposta crise da Modernidade, em desenvolvimento desde a queda do comunismo, ou socialismo real, na Europa Oriental e Central, trouxe desalento político e ideológico a franjas significativas de segmentos sociais que vislumbraram no imediatismo a satisfação das necessidades sociais como única alternativa ao sofrimento, exploração e alienação do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Instaura-se uma “crise política e teórica”, no entendimento de Evangelista (1992, p. 17):

É crise política, porque acompanhada da ‘crise da teoria da revolução proletária’, na medida em que são postas em xeque as anteriores certezas teleológicas de um socialismo concebido como a realização de uma missão histórica, ditada como tarefa ‘ontológica’ a ser cumprida pelo proletariado, o ‘sujeito revolucionário’. E, também, é crise teórica, com consequências na ampliação da crise política, porque a dinâmica da realidade social tornou-se impermeável a suas categorias explicativas. Atualmente, o marxismo seria apenas uma ‘fonte’ datada, com alcance já esgotado para ‘novas’ formulações e a produção de novos conhecimentos. Assim estaria aberto um período de ‘transição para algo novo’ em termos de teoria social (Sader, 1986, p. 64) (Evangelista, 1992, p. 17).

Nessa ótica, a razão não oferece mais subsídios para o conhecimento da realidade, dos processos e relações sociais porque, circunscrita à sua racionalidade técnica e instrumental, reduz os seres humanos a uma determinação material empobrecendo a sua singularidade e subjetividade.

Conforme já assinalado, para Marx e Engels (2007, p. 94), as relações materiais objetivas são constitutivas dos sentidos da história e da vida dos homens não partindo de visões simplistas ou mesmo ideações desvinculadas do “processo de vida real”. Portanto, parase chegar “aos homens de carne e osso” não se se parte “do que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados.”

A partir do trabalho, a produção de valor e de mais-valor alicerçam o modo de produção capitalista e, dialeticamente, a despeito de controvérsias, indicam a revolução como possibilidade histórica de superação da ordem do capital, em face do antagonismo entre as classes sociais e de seus confrontos.

O projeto político-social e crítico de Marx, constitutivo da Modernidade, apesar de não ser exclusivo (haja vista a existência de outras direções político-ideológicas de pensadores como Max Weber e Émile Durkheim que deram consistência ao projeto da Modernidade), está centrado na perspectiva da totalidade, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, saturada de historicidade.

A herança da Ilustração é, pois, heterogênea, manipuladora – no sentido de possibilidades de mudanças e de transformações – daí, expressa também capacidade emancipatória, autonômica, soberana, condensada de elementos e processos tensos e conflitantes. As relações sociais na sociedade burguesa podem, então, ser reconhecidas teórica, política e ideologicamente capazes de submeter à prova e não mais à intuição, ao misticismo ou, simplesmente, à fé. Esse conhecimento não é algo aleatório. É um sistema de relações articuladas e reais.

A teoria social crítica de Marx está sedimentada na lógica da Modernidade a partir do ponto de vista da classe trabalhadora com objetivo emancipatório, social e político, para atender à proposta Iluminista, ou programática da Modernidade de uma burguesia forte que rompe com tudo que trava culturalmente o quadro societário de uma burguesia não ameaçada. Pensar aspectos relacionados a pós-modernidade em sua relação com a teoria social crítica supõe sustentar a sua recusa radical a qualquer tipo de condescendência com o capital e a sua natureza civilizatória, se comparada com os modos de produção anteriores, apesar da sua essência predatória.

Considerações finais

A pós-modernidade, enquanto expressão ideológica da realidade contemporânea, que se assenta nas transformações econômicas, sociais e políticas advindas desde os anos de 1970, tem mostrado nestas últimas décadas a sua funcionalidade para ocultar as determinações derivadas desse modo social de produção. Fragmentar para mistificar a realidade tem se constituído em um instrumento eficaz para evitar a problematização da ordem do capital.

Apesar das transformações constantes e cada vez mais intensas, o capitalismo contemporâneo, nas palavras de Netto (2010, p. 258) “continua sendo capitalismo”, ou seja, é um modo de produção material que permanece produzindo e reproduzindo relações sociais, condicionando a vida social na sua totalidade. Apesar das suas reconfigurações, a essência do modo de produção capitalista, a exploração do trabalho, se mantém como característica inerente à sua estrutura e dinâmica. Contudo, o capitalismo exige novos meios e instrumentos para a sua apropriação e os novos processos sociais por ele determinados devem ser objeto constante de análise crítica.

A economia de trabalho vivo, marca da acumulação flexível, permitida pelo advento de novas tecnologias que vêm substituindo a força de trabalho de milhares – e a perspectiva, para os próximos anos, de milhões de trabalhadores –, vem acarretando num processo de expulsão de uma massa de pessoas no mercado de trabalho. Consequência mais que vantajosa

para o processo de acúmulo e reprodução do capital, pois o desemprego estrutural constitui-se em elemento fundamental para o rebaixamento dos salários e o acirramento da competitividade entre trabalhadores, “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da insegurança no trabalho” (Netto, 2012, p. 2010). Por essa lógica, a revolução técnica e científica tornou-se a meta a ser alcançada pelo capital, pois, dessa forma, livrou a burguesia de se comprometer com as exigências da classe trabalhadora, já que essa agora se encontra cada vez mais dividida.

Sob essa nova lógica, o trabalhador passa a ser inserido de uma outra forma, pois ele é base de toda essa sociabilidade. Dessa forma, torna-se imprescindível a sua colaboração “espontânea”, pois os mecanismos de coerção estão cada vez mais aprimorados. O capital impõe a sua lógica em todas as instâncias da vida social, nos padrões de consumo, nos rearranjos das relações sociais, nas escolas, na formação profissional, na reestruturação ou desestruturação do Estado. Ou seja, invade a totalidade da vida social através de ferramentas cada vez mais aperfeiçoadas com o intuito de conquistar a filiação de todos ao seu projeto, tornando-o cada vez mais universal e dominante.

Conforme Lima (2022), a burguesia busca novas formas de adesão ao seu projeto e essa adesão não pode perpassar somente via a coerção, a própria classe trabalhadora deve ser agente atuante no fortalecimento dessa engrenagem. Dessa forma, essa anuência convém para a absorção dos valores burgueses, da sua ideologia. Netto (2012) afirma que a esfera cultural enquanto espaço estratégico para o triunfo do controle da consciência das classes subalternas, tem sido campo privilegiado dessas disputas. A sociabilidade tem se reproduzido por mecanismos que até bem pouco tempo atrás eram inexistentes: Whatsapp, Facebook, Instagram, Meet, Telegram, Twitter, são alguns exemplos de redes sociais⁸ que em poucos anos tornaram-se ferramentas de contato que vêm transformando e moldando novas formas de relações.

Por esse caminho, ainda conforme Netto (2012, p. 211), as relações sociais se reconstituem enquanto imagem e semelhança das mercadorias, “a cultura incorpora as características próprias da mercadoria no tardo-capitalismo: a sua obsolescência programada, a descartabilidade e o imediatismo reificado”. É o reino do consumo que se sobrepõe às relações humanas, nada mais do que relações entre coisas, como já dizia Marx (2015). Essas

⁸ “A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o tardo-capitalismo, é para-metrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a multimídia)” (Netto, 2012, p. 212).

coisas, ou seja, as mercadorias são nada mais, nada menos que objetos inanimados que passam a ganhar vida a tal ponto que determinam o modo como a humanidade se relaciona, através de uma reprodução social cada vez mais alienada. Todos são treinados a consumir cada vez mais um número de mercadorias cada vez maior, fazendo entrar em um círculo vicioso que reifica a realidade. Os sentimentos devem se traduzir nas mercadorias. Assim, tudo se torna efêmero e a realidade que se basta não ultrapassa a sua aparência, sobressaindo-se somente os fragmentos – partículas, sem estabelecer as mediações necessárias para compreender a sua complexidade.

Ainda que a consciência esteja cada vez mais disciplinada para privilegiar a dimensão imediata da vida social, tentativas para superação do sensível – ainda que o sensível também deva ser objeto de compreensão e análise, pois não é parte ou etapa separada da essência – mas a sua superação enquanto fragmento exige leituras que apreendem os múltiplos determinantes dos fenômenos. O grande desafio do tempo presente é afirmar a existência de uma totalidade.

A década de 1970 marca a era em que as ideias da Modernidade e do próprio Iluminismo passam a ser questionadas intensamente. É o tempo marcado pela chamada pós-industrialização e a pós-modernidade, com o seu ápice na queda do muro de Berlim. É o fim da história, como alguns proclamam. Não há mais classe operária clássica e, portanto, luta de classes. Segundo a perspectiva pós-moderna, qualquer metanarrativa que se empenha em entrelaçar fatos e mediá-los com a estrutura são leituras totalitárias. Vive-se o império da micropolítica, do identitarismo e da substituição da ciência pelas narrativas. A ciência é desmerecida e o método científico é apenas uma estratégia usada por instituições de ensino que também são totalitárias por desmerecer o saber popular. Agora tudo é mero jogo de linguagem e “as verdades” tornam-se relativas a depender do discurso daqueles mais habilidosos. Basta ter o poder da oratória. Nada mais precisa passar pelo crivo científico ou qualquer experimentação, vale somente o lugar da fala dos partícipes desse jogo. É a era da pós-verdade.

A consciência pós-moderna é uma perspectiva, uma forma de compreender a realidade, mas de forma alguma corresponde a essa realidade. Ao contrário, ela desempenha o papel de mistificar essa realidade. Mas não há um mundo novo. O capitalismo continua sendo capitalismo. Obviamente, não há uma paralisia do tempo, pois muitos processos se ressignificaram. Contudo, as estruturas de exploração e domínio burguesas continuam mais fortes do que nunca. Exatamente por tentar eliminar a ontologia dos processos sociais, ignorando a historicidade dos fenômenos, que o pensamento pós-moderno é tão funcional a

esse sistema.

Observa-se o triunfo do indivíduo em detrimento da sociedade e isso transcorre via uma política de desqualificação total da esfera pública. Essa ideologia por ora dominante provoca transformações na arena política, promovendo mudanças implacáveis nas economias, nas instâncias socioculturais, nas relações entre a sociedade civil e o Estado. Enquanto há uma realidade que não se revela essencialmente, a dinâmica dos “de cima” encobre uma verdadeira anarquia de mercados que submete nações e seus povos aos seus interesses, se locupletando dos fundos e instituições públicas. Dessa forma, deixa as classes subalternas sob condições de vida que remetem ao início do capitalismo, onde reinava total ausência de regulações sociais. Também o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” (Netto, 2012, p. 2013).

Finalmente, cabe enfatizar, como inicialmente explicitado, que o presente artigo teve como objetivo tecer algumas considerações teóricas e metodológicas, com a finalidade de tratar a atualidade do pensamento marxiano, no contexto do debate da pós-modernidade e de suas sérias implicações para a vida social e a ciência. De acordo com as questões pautadas nestas considerações finais, abre-se um leque para novas reflexões.

Referências bibliográficas

- CASSIANO, J.M. A lógica do niilismo: o sentido do valor do nada na filosofia de Nietzsche. *Dissertatio: Revista de Filosofia, UFPel – Programa de Pós-Graduação em Filosofia*, v. 48, p. 258-285, 2018.
- DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. *Perspectiva*. v. 19, n.1, jan./jun., Revista Perspectiva. Florianópolis: Edufsc, 2001, p. 15-39.
- ENGELS, F. Prefácio do Livro III de O capital. In: MARX, K. *O Capital: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ESCURRA, M. F. Marx e a crítica à concepção de mundo requerida e gerada para a manutenção do capitalismo. *Verinotio*. Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 24, n. 2, p. 100-114, nov. 2018.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez. 1992.
- FONTES, V. “Marx continua mais vivo do que nunca”. Entrevista concedida a André Antunes. In: EPSJV. *Entrevista*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/Fiocruz, 11/05/2018.
- HEINRICH, M. *Crítica de la economía política: una introducción a El Capital de Marx*. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.
- LIMA, C.C. Desafios da formação profissional em Serviço Social em tempos de conservadorismo reacionário. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 237-252, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39068>. Acesso em: 24 de abril de 2024.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUXEMBURGO, R. O segundo e o terceiro volumes d' O Capital. In: *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III. O processo global da produção capitalista. 5ª. Reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- MANDEL, E. *O lugar do marxismo na história*. 2ª. ed. São Paulo: Xamã Editora, 2001.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.
- MARX, K. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I. O processo de produção do capital. 1ª. ed. revista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III. O processo global da produção capitalista. 5ª. Reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Editora UFF, 2013.
- NETTO, J. P. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/issue/view/177>. Acesso em: 21 de abril de 2024.
- NETTO, J.P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.131 -139.
- POSTONE, M. Repensando a Marx (en un mundo post-marxista). In: LÓPEZ, J.G.; BLASCO, J. L.; GANCEDO, P. M.; SANZ, A.R. (Coord.; edición; traducción y notas). *Lo que el trabajo esconde: materiales para un replanteamiento de los análisis sobre el trabajo*. [Textos de: Bernard Lahire, Pierre Rolle, Pierre Saunier, Marcelle Stroobants, Mateo Alaluf y Moïshe Postone]. Madrid: Traficantes de sueños, 2005, p. 249-282.